

FÁBIO PIOVESAN BOZZA

*Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo USP.  
Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo USP.  
Professor convidado em diversos cursos de pós-graduação.  
Advogado em São Paulo.*

# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E AUTONOMIA PRIVADA

SÉRIE DOUTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XV



# Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*  
*www.quartierlatin.art.br*

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**

**Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno**

**Diagramação: Eduardo Nallis Villanova**

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**

**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

BOZZA, Fábio Piovesan. Planejamento Tributário e Autonomia Privada – Série Doutrina Tributária v. XV. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

1. Direito Tributário. 2. Planejamento Tributário I. Título

ISBN: 85-7674-754-5

## **Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Planejamento Tributário

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	13
Prefácio.....	15
Lista das Abreviaturas Principais.....	31

## INTRODUÇÃO, 33

### CAPÍTULO I DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PRIVADO, 43

1. A relação do Direito Tributário com os demais ramos do sistema jurídico .....	45
1.1. O contexto histórico .....	45
1.2. Direito Tributário e Direito Privado .....	50
2. O fato gerador da obrigação tributária.....	52
2.1. A discriminação constitucional de competência tributária.....	52
2.2. O nascimento da obrigação tributária.....	55
2.3. Situação de fato ou situação jurídica (art. 116 do CTN).....	59
2.4. A relação entre a vontade das partes e o nascimento da obrigação tributária.....	62
3. O uso de institutos, conceitos e formas de Direito Privado pelo Direito Tributário.....	65
3.1. Mesmas expressões, mesmos sentidos?.....	65
3.2. Arts. 109 e 110 do CTN.....	73
4. Consideração econômica no Direito Tributário .....	78
4.1. Consideração econômica na interpretação da hipótese de incidência tributária.....	81

4.2. Consideração econômica na qualificação do fato jurídico tributário .....	83
4.3. Consideração econômica no combate ao planejamento tributário abusivo .....	88
5. Efeitos dos vícios do ato ou negócio jurídico no Direito Tributário (art. 118 do CTN).....	90
6. Consideração civil no Direito Tributário .....	94

## CAPÍTULO II

### VONTADE, MOTIVO, CAUSA E AUTONOMIA PRIVADA, 97

1. O negócio jurídico no contexto histórico.....	99
2. Vontade e negócio jurídico.....	100
2.1. Concepções subjetivistas de negócio jurídico .....	102
2.1.1. A teoria voluntarista.....	102
2.1.2. A teoria declarativista .....	103
2.1.3. As Teorias Subjetivistas Intermediárias.....	105
2.2. Concepções objetivistas de negócio jurídico .....	106
2.2.1. A teoria normativista .....	107
2.2.2. A teoria preceptiva.....	108
2.3. O papel da vontade no negócio jurídico.....	111
3. Causa e negócio jurídico .....	114
3.1. Estrutura e função do negócio jurídico .....	114
3.2. As diversas acepções do termo “causa”.....	115
3.3. A evolução do conceito de causa na teoria do negócio jurídico .....	118
3.4. A evolução do conceito de causa no Brasil.....	124
3.5. A relação da causa com o fim e com os motivos do negócio jurídico .....	126
3.5.1. Fim imediato: a causa concreta do negócio jurídico ...	126
3.5.2. Fim mediato: os motivos do negócio jurídico .....	130

3.6. O papel da causa no negócio jurídico.....	133
3.6.1. A relação entre vontade e causa.....	133
3.6.2. Causa: controle da validade e eficácia do negócio jurídico .....	136
4. Autonomia privada e negócio jurídico .....	139
4.1. Da autonomia da vontade para a autonomia privada.....	139
4.2. Fundamento e conteúdo da autonomia privada .....	144
4.3. A função social do contrato .....	147

### CAPÍTULO III

## SIMULAÇÃO NO DIREITO PRIVADO, 151

1. Conceito de simulação e teorias do negócio jurídico.....	153
1.1. Simulação e teoria voluntarista .....	154
1.2. Simulação e teoria declarativista .....	156
1.3. Simulação e teoria causalista.....	159
2. Simulação no Direito Privado brasileiro .....	161
2.1. Conceito de simulação adotado pelo Código Civil brasileiro .....	161
2.2. Acordo simulatório .....	166
3. Simulação e outras figuras.....	169
3.1. Reserva mental.....	169
3.2. Erro.....	171
3.3. Dolo.....	174
3.4. Falsidade .....	174
3.5. Negócio jurídico indireto .....	176
3.6. Negócio jurídico fiduciário.....	181
3.7. Fraude à Lei.....	186
4. A prova da simulação.....	191

## CAPÍTULO IV

### SIMULAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO, 197

1. O conteúdo da expressão “dolo, fraude ou simulação” ....	199
2. A simulação na doutrina tributária brasileira .....	203
2.1. A concepção voluntarista .....	203
2.2. A concepção causalista .....	204
2.3. A conciliação das concepções sobre simulação .....	209
3. Simulação em sentido restrito e em sentido amplo .....	210
4. Conceito de simulação na jurisprudência	
administrativa federal .....	214
4.1. Primeiro período: decisões administrativas	
proferidas até 2000 .....	214
4.2. Segundo período: decisões administrativas	
proferidas entre 2001 e 2005 .....	218
4.3. Terceiro período: decisões administrativas	
proferidas a partir de 2006 .....	224
5. A prova da simulação no Direito Tributário .....	233
5.1. Existência de acordo simulatório em documento	
firmado pelas partes .....	233
5.2. Desfazimento ou neutralização dos efeitos	
do ato simulado .....	234
5.3. Proximidade temporal na realização de atos	
negociais sucessivos .....	236
5.4. Interposição simulada de pessoas .....	237
5.5. Participação de pessoas vinculadas .....	240
5.6. Ausência de propósito comercial .....	241
5.7. Ausência de motivação extratributária .....	244

## CAPÍTULO V

### ELISÃO FISCAL, 247

1. A terminologia do planejamento tributário .....	249
--	-----

2. Visões doutrinárias brasileiras sobre elisão fiscal.....	251
2.1. Visão liberal .....	253
2.2 Visão solidária .....	266
3. O papel da vontade, do motivo e da causa do negócio jurídico para o planejamento tributário .....	273
3.1. A deficiência do conceito de simulação.....	273
3.2. A motivação extratributária .....	280
3.2.1. Tratamento doutrinário.....	280
3.2.2. A influência da doutrina do “business purpose” no Brasil .....	286
4. O parágrafo único do art. 116 do CTN .....	292

## CONCLUSÕES, 301

Referências Bibliográficas.....	313
Precedentes da Jurisprudência Administrativa Federal.....	327
Índice Remissivo .....	331